



Articulação  
Nacional de  
Agroecologia



## Carta Política

### I Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro

Nós, povos do Semiárido, representados aqui por 103 agricultores e agricultoras, educadores e educadores populares e convidados dos estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, reunidos em Campina Grande, estado da Paraíba, de 16 a 18 de fevereiro de 2009, por ocasião do I Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro, promovido pela Articulação no Semiárido – ASA e pela Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, tornamos público para a sociedade brasileira, governos e comunidade internacional os valores das sementes cultivadas e guardadas pela Agricultura Familiar, e manifestamos preocupações sobre várias iniciativas que colocam em perigo as sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade.

Um conjunto de experiências desenvolvidas pelos próprios agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, em diferentes regiões do país, especialmente, no Semiárido, vem conservando, gerando e aumentando a diversidade de sementes locais, também conhecidas como Sementes Tradicionais, Sementes da Resistência, Sementes da Gente, Sementes Nativas, Sementes Caboclas, Sementes da Vida, Sementes Crioulas e Sementes da Paixão, entre outras denominações. Já estamos organizados em 450 bancos e/ou casas de sementes comunitárias e milhares de experiências de estoques de sementes familiares.

O domínio das sementes locais por famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas agroecológicos de produção. As sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Nesse sentido, não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas. Reafirmamos e lutamos pelo direito dos agricultores e agricultoras plantarem, produzirem, colherem, selecionarem, beneficiarem, trocarem e comercializarem suas sementes.

As sementes locais são heranças deixadas pelos antepassados formando um mosaico de diversidade adaptado às diferentes condições ambientais do Semiárido e à rica cultura alimentar da população da região. Conservar as sementes é um importante serviço que a agricultura familiar no Semiárido tem prestado para a segurança alimentar da sociedade e para a autonomia tecnológica de nossa agricultura. Os bancos comunitários, as casas de sementes e os estoques familiares funcionam como guardiões estratégicos dessas sementes, tendo já resgatado, apenas no estado da Paraíba, mais de 230 variedades de sementes.

Não obstante a sua importância para a segurança alimentar e a convivência com o Semiárido, esse patrimônio necessário à vida das famílias está ameaçado, seja pelas sucessivas secas e baixo acesso à terra ou pelas políticas governamentais, que promovem a substituição das sementes e raças locais de animais por variedades e raças de fora, não adaptadas. Portanto, tanto a sociedade, como os gestores públicos devem dar a devida atenção no sentido de apoiar as famílias agricultoras e suas organizações no resgate e manutenção dessas variedades.

É necessário melhorar as condições de reprodução dessas sementes nas unidades produtivas familiares, pressionar os governos a estimular e financiar pesquisas envolvendo agricultoras e agricultores experimentadores para o melhoramento e repatriação dessas sementes, bem como a revitalização dos mercados locais para esses produtos, a exemplo das feiras livres municipais.



É preciso que toda a sociedade reconheça e valorize o papel desempenhado pelas mulheres como experimentadoras e guardiãs da biodiversidade.

Não aceitamos o enquadramento das variedades locais nos sistemas atuais de registro e patenteamento ou qualquer outra forma de propriedade intelectual do agronegócio.

Os transgênicos são uma ameaça a todo o trabalho de segurança alimentar e convivência com o Semiárido, acelerando o processo de monopólio e controle das sementes. A experiência de países que cultivam transgênicos vem fornecendo evidências cada vez mais concretas dos riscos que essas plantas representam à saúde humana e animal, ao meio ambiente e à agricultura familiar. Estudos mostram que o uso de agrotóxicos aumenta nas lavouras transgênicas e a contaminação genética de cultivos não-transgênicos é inevitável e irreversível, pondo em risco às outras formas de agricultura, inclusive, a ecológica.

Manifestamo-nos contra a liberação de cultivos transgênicos. O Estado deve garantir indenização e proteção às famílias agricultoras que tiverem suas sementes contaminadas por esses produtos, propondo que o Semiárido Brasileiro seja Livre de Transgênicos.

O avanço do agronegócio com suas sementes envenenadas e transgênicas tem se apropriado dos territórios da agricultura familiar e camponesa e dos povos tradicionais, inclusive, no Semiárido, causando destruição da biodiversidade, da identidade étnica cultural e das sementes locais. Os governos têm que se posicionar contra o avanço desse modelo de desenvolvimento e garantir formas de proteção efetiva a esses territórios.

O processo atualmente em curso de propostas de mudança da legislação, preconizado pelo agronegócio, com apoio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, em especial da Lei de Cultivares, Lei de Acesso aos Recursos Genéticos e Lei de Biossegurança, propõe restrições ainda maiores aos direitos dos agricultores e agricultoras de livre uso das sementes, impondo regras de propriedade intelectual, de *royalties* e de criminalização de atividades como plantar, colher e comercializar. Posicionamos-nos contra essas propostas de mudança.

Os programas governamentais de distribuição de sementes têm causado a perda da diversidade das sementes adaptadas ao Semiárido, já que não respeitam e não reconhecem as sementes locais, distribuindo poucas variedades não-adaptadas e produzidas por empresas privadas, em regiões ecológicas bem diferentes do Semiárido. Além disso, promovem dependência dos agricultores e agricultoras e perda de conhecimento associado ao manejo dos cultivos agrícolas. Reafirmamos a necessidade de que essas políticas trabalhem com as sementes produzidas pelos agricultores e agricultoras do Semiárido, reconheçam e tenham como referência os bancos e as casas de sementes comunitárias, que têm garantido sementes de qualidade, quantidade e em diversidade, no tempo certo do plantio para milhares de famílias do Semiárido.

Diante das graves ameaças à biodiversidade e aos conhecimentos dos povos do Semiárido e de outros territórios nacionais, conclamamos toda a sociedade civil e os governos comprometidos para aderirem ao movimento popular pelo livre uso das Sementes da Resistência, Sementes Nativas, Sementes da Gente, Sementes Caboclas, Sementes da Vida, Sementes Crioulas e Sementes da Paixão, diversas e adaptadas à convivência com o Semiárido, e que garantem soberania e segurança alimentar aos povos e populações do Semiárido.

Campina Grande, Paraíba, Brasil.  
18 de fevereiro de 2009.